

‘FÉ E COMPROMISSO SOCIAL’: PRESBITERIANOS ECUMÊNICOS NO CONTEXTO MODERNIZANTE DE FEIRA DE SANTANA

CHARLENE JOSÉ DE BRITO*

Introdução

Neste texto, é nosso objetivo refletir sobre o trabalho social realizado por um grupo de presbiterianos progressistas e ecumênicos em Feira de Santana e a sua contribuição para o processo de modernização do município. Para nortear a discussão, usaremos a concepção de *centralidade do trabalho*, presente em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1967) de Max Weber e a de *tempo e disciplina* do historiador britânico E.P. Thompson, em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, publicado na coletânea *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (1998).

Analisaremos o contexto modernizante em que os presbiterianos ecumênicos agiram e a forma como eles apoiaram os projetos de transformação da sociedade feirense. Destacamos que o tipo de modernização implantado em Feira de Santana, e possivelmente em todo o País no mesmo contexto, “não pretendia (nem poderia) modificar (...) as antigas estruturas de poder econômico e político, arraigadas no campo e nas pequenas cidades do interior do país” (CRUZ, 1999: 220), não visava à melhoria dos amplos setores da população, mas a acumulação de capital. Embora sua esfera central seja a indústria, do ponto de vista político ela teve um caráter conservador¹ e atingiu e transformou em diversos aspectos as formas tradicionais das relações sociais.

As camadas que não foram privilegiadas pela transformação e progresso no município referido, ou ainda os migrantes que chegavam diariamente ou apenas passavam pela cidade atraídos pelo incremento da industrialização no entorno de Salvador, puderam ser atendidos nas instituições idealizadas pelo grupo ecumênico.

* Estudante do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. E-mail: charlabrito@yahoo.com.br

¹ O conceito de *modernização conservadora* foi utilizado por Rossine Cruz para destacar que não foi a sociedade como um todo que sofreu mudanças, mas apenas alguns setores eram privilegiados. A respeito do caráter da modernização brasileira, alguns autores preferem, ao invés do vago e quase sem paternidade, modernização conservadora, o conceito gramsciano de *revolução passiva*. Ver VIANA, Luiz W.. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Revan, 1997.

Feira de Santana “encontrava-se numa das principais rotas seguidas pelas populações que migravam do interior do estado para a capital baiana e o sudeste”, tendo se transformado também em um “importante centro receptor de imigrantes, estivessem eles apenas de passagem, ou com pretensão de ali se estabelecer” (Ferreira, 2010: 97-98). Muitos desses migrantes tinham o anseio de arrumar uma colocação no Centro Industrial do Subaé (CIS).

O universo cronológico desse trabalho, 1970 a 1990, foi um período de mudanças: auge e declínio do Regime de Exceção, repressão política e intelectual, censura, mobilizações pela democratização, emergência de novos movimentos sociais. Os progressistas, oriundos de diferentes estados, encontraram em Feira de Santana um espaço de atuação em que era estreita a cooperação com o poder local para desenvolver suas atividades de cunho social. Em comum, os progressistas eram ex-alunos de Richard Shaull, do Seminário de Campinas, e tiveram experiências frustradas na concepção de atividades semelhantes em outros lugares, encontrando em Feira de Santana, a liberdade que necessitavam ².

O que nos inquieta é justamente o fato desses presbiterianos terem conseguido espaço de atuação em Feira de Santana, já que em outras partes do Brasil foram alvo de perseguições, não apenas por parte dos militares, mas também entre os irmãos da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Indagamos as relações que os presbiterianos ecumênicos mantiveram com setores do Estado e os grupos dominantes feirense, quais alianças políticas realizaram e as formas que encontraram para desenvolver atividades no município. Ainda não temos respostas para tais questionamentos, mesmo assim ousamos fazer uma pequena interpretação acerca do momento vivenciado por esse grupo em Feira de Santana.

² Ver ARAÚJO, 2010, p.15. Este trabalho é uma denúncia de como a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) via a relação dos jovens seminaristas com as novas concepções teológicas que estavam em pleno vigor no Seminário de Campinas. De acordo com Araújo, “a direção da IPB exerce fortes pressões contra pastores e líderes que se preocupavam com problemas sociais do Brasil. Vários são perseguidos e repelidos porque denunciavam males estruturais da realidade brasileira.” O Reverendo Josué Mello, em entrevista concedida a autora em 14/07/2008, diz ter optado por Feira de Santana para iniciar o seu trabalho como pastor, pois “Feira para mim, era uma cidade revolucionária. [...] A coisa que me encantava pra fazer de Feira uma cidade revolucionária, é o fato de ser uma cidade aberta pra todos que chegam lá, de qualquer parte do Brasil. [...] Uma cidade que tinha autonomia. [...] E isso encantava a gente. [...] Uma cidade com todas as contradições. [...] A cidade tinha um caráter aberto, revolucionário, sede de mudança. Por isso esse apoio todo que ela me deu. [...] E não sei em outra cidade eu teria feito o que fiz, se não fosse em Feira.”

Esta pesquisa, ainda em fase embrionária, não apresenta respostas e sim inquietações que pretendem ser solucionadas no desenrolar do trabalho. Muito ainda está por ser investigado sobre esse grupo presbiteriano ecumênico em Feira de Santana, o que temos até então, são apenas hipóteses e algumas pistas de que caminho devemos prosseguir para conseguirmos chegar até esse universo protestante progressista e o contexto em que esse grupo atuou.

As aproximações entre os Presbiterianos Ecumênicos e o Poder Político Local

Durante a década de 1950, o universo teológico protestante brasileiro, especialmente o presbiteriano, sob a influência do missionário norte-americano Richard Shaull e da efervescência política pela qual passava o País no período, sofreu transformações profundas. Até então o trabalho realizado por protestantes estrangeiros no Brasil esteve voltado apenas para a salvação das almas, a distribuição de Bíblias e em alguns grupos, o proselitismo. Além disso, eram profundas as críticas referentes ao “estrangeirismo do pensamento teológico protestante” (SILVA, 2010: 80) e a urgência de uma teologia que representasse o povo brasileiro, tocasse nos seus problemas e contribuísse de alguma forma, para uma mudança no estado de desassistência e marginalidade em que se encontrava a maioria da população.

Nos púlpitos, os sermões propalados pelos pastores eram vagos, não havia preocupação com os problemas que afligiam o povo, como a fome, a miséria, o desemprego, a falta de moradia, a baixa escolaridade, etc. A máxima, ‘nosso reino não é deste mundo’³ fazia parte do discurso e das ações de muitos evangélicos que se eximiam do verdadeiro papel do cristão na sociedade. As mudanças sentidas a partir da chegada de Shaull e da introdução de uma teologia contextualizada, fez com que um grupo de jovens estudantes, do Seminário de Campinas, São Paulo, começasse a questionar as formas de ser igreja, a interpretação das Escrituras Sagradas e ao mesmo tempo, buscar um envolvimento com as questões sociais econômicas e políticas que afetavam o Brasil e em um contexto macro, a América Latina e os países tidos como subdesenvolvidos.

³ Máxima bíblica “Meu Reino não é deste Mundo”, muito usada entre os protestantes conservadores como justificativa do não envolvimento nas questões sociais e políticas, extraída do livro de João 18:35.

Shaull, fortemente influenciado pela neo-ortodoxia de Karl Barth e Dietrich Bonhoeffer, chegou ao Brasil com o propósito de difundir essa nova forma de ser igreja, uma “teologia entre os jornais e a Bíblia”; em outras palavras: teologizar a partir da realidade cotidiana do mundo” (SILVA, 2010: 82). Celso Loula Dourado, pastor presbiteriano e ecumênico, ex-aluno do missionário, refere-se ao pensamento de Barth: “nós protestantes temos que ir para a Escola Dominical com a Bíblia debaixo do braço e um jornal do outro que é para relacionar a fé com a realidade do dia-a-dia”.⁴ Nas palavras do próprio Shaull “o estudo da teologia era uma aventura provocante, capaz de preparar homens e mulheres para pregar, ensinar e viver o Evangelho – e ministrá-lo ao povo dentro ou fora da igreja”. Para ele não cabia mais no século XX a teologia escolástica, conservadora, truncada e ainda presa ao biblicismo do século XVII. Urgia um “estudo teológico orientado para a missão, o que nos compele a sair de “guetos” acadêmicos e entrar na luta e no sofrimento do mundo” (SHAULL, 2003: 226-227).

Os presbiterianos progressistas, sujeitos de análise desta pesquisa, são frutos das novas experiências teológicas. Entusiasmados pelas características revolucionárias da teologia de Shaull, das mudanças políticas no cenário brasileiro e das discussões que vinham sendo travadas nas Conferências realizadas pela Comissão Igreja e Sociedade compreendiam como sendo a verdadeira missão cristã, a responsabilidade social da Igreja, proclamar um Evangelho que possibilitasse ao homem uma melhor compreensão da realidade, do lugar que ocupava na sociedade e o poder que possuía para modificá-la.

Esse movimento progressista e ecumênico chegou à Feira de Santana com os jovens pastores presbiterianos em meados de 1960. No final dessa década trabalhos de promoção humana começaram a ser desenvolvidos, sobretudo, com a criação da Associação Feirense de Assistência Social (AFAS)⁵ e do Serviço de Integração de Migrantes (SIM). O contexto econômico, social e religioso feirense do período foi marcado por mudanças. No cenário de ênfase no projeto desenvolvimentista implementado pelo governo Médici (1969-1974), o poder local, aliado a setores da classe média, antecipando a inclusão de Feira de Santana no processo de modernização

⁴ Entrevista com o Reverendo Celso Loula Dourado, concedida à autora em 29/08/2009.

⁵ As abreviaturas só aparecerão escritas por extenso uma única vez no texto. Mencionadas novamente, serão em forma de sigla.

industrializante, criaram o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) ⁶ que resultou posteriormente no incremento do Centro Industrial do Subaé (CIS).

Os rumores da industrialização e do progresso causaram na população a expectativa de uma vida melhor. No entanto, com o surto industrializante, os problemas sociais que já eram vividos em fins de 1960, como os da mendicância e da migração, sofreram um profundo agravamento. O crescimento populacional foi tão expressivo que, segundo Nacelice Freitas, no início do processo a cidade “contava com 190.076 habitantes e passa a ter 450.487 em 1996 com um percentual atual de 87,45% de população urbana, superando a média nacional que é 77,13%” (FREITAS, 1998: 15). No mesmo sentido, Rossine Cruz assegura que “o crescimento populacional, apesar de desacelerar-se, ainda seria considerável.” E que, “com o crescimento vegetativo da população e o elevado saldo migratório das duas décadas, a densidade demográfica mais que duplicaria” (CRUZ, 1999: 267).

O Contexto Nacional no qual esta pesquisa se insere, foi marcado por inúmeras disputas, quer seja no campo ideológico, político ou no teológico. O País viveu um dos piores períodos da sua história logo após 1964, a liberdade foi cerceada, a censura instaurada, eram poucos os espaços democráticos, grupos de estudantes, professores, padres, pastores, entre outros, foram perseguidos, torturados e acabaram por sucumbir nos porões da ditadura, enfim, quem ousasse pensar diferente dos militares era considerado subversivo, comunista, inimigo do Brasil, portanto, um perigo para a sociedade.

No seio da IPB não foi diferente. Reagindo as transformações propostas pelos jovens ecumênicos e progressistas, a ala conservadora e reacionária presbiteriana optou por dissolver sínodos, destituir pastores, foram usadas represálias contra progressistas, sobretudo os que estiveram envolvidos nas Conferências Nacionais da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Artigos do jornal *Mocidade*, de orientação presbiteriana, foram censurados e a diretoria que pertencia aos progressistas, passou para os cuidados de Boanerges Ribeiro, líder ‘fundamentalista’ da IPB. ⁷

⁶ O PDLI foi um projeto inovador. Entre os objetivos havia o anseio de incluir Feira de Santana no circuito nacional de desenvolvimento industrial. Criado no governo de João Durval Carneiro em fins de 1960. Com este plano, Feira de Santana antecipou a sua entrada no mundo da industrialização moderna; Ver PDLI, p.11;

⁷ Em Araújo, página 55, há uma análise mais detalhada sobre a reprimenda aplicada ao Jornal *Mocidade*. Com relação ao termo ‘fundamentalismo’, cabe ressaltar que foi bastante utilizado no meio protestante

Em Feira de Santana, a presença desse grupo perseguido pelo Regime Ditatorial e pelos irmãos da IPB, se fez sentir a partir dos anos de 1960, com a chegada do Reverendo sergipano Josué da Silva Mello. Mello, além de comungar das ideias de Shaul, ousou pôr em prática o que havia sido apreendido durante os anos de Seminário. Não obstante a sua atuação ter sido questionada, em Feira de Santana tratou logo de aproximar-se do poder local, naquele período, o prefeito João Durval Carneiro e de setores da classe média. No final da década de 60, a cidade passava por um grande problema social, a mendicância crescia a passos largos e contrastava com o ideal de cidade moderna. Esse discurso modernizante fazia parte da política divulgada durante o governo de Juscelino Kubitschek e da criação do Plano de Metas que previa um desenvolvimento acelerado para o País, crescer “cinquenta anos em cinco”. Os militares apropriaram-se e ressignificaram essa meta, buscando adequá-la as suas pretensões.

Uma das iniciativas dos militares foi introduzir o Nordeste na rota de desenvolvimento, pois esta região era tida como responsável pelo atraso econômico e político brasileiro. A força da Integração Produtiva dessa área, fez com que Feira de Santana fosse aos poucos passando de uma economia voltada para o comércio, a uma industrializada. A criação do CIS, foi significativa nesse processo, e a cidade antecipou a entrada nesse circuito produtivo a partir da implementação do centro industrial, já que “fora criado por iniciativa do governo municipal” e só “mais tarde administrado pelo governo estadual” (CRUZ, 1999: 144).

Os interesses do poder local coadunavam-se com os da classe média e eram constantemente anunciados, sobretudo na imprensa local como algo impossível de evitar. Para eles, o município trilhava o caminho rumo a modernização, destacando-se cada vez mais “pelo surto de desenvolvimento econômico que transformou no centro regional de comercialização, [portanto], o município de Feira de Santana teria,

presbiteriano como os ‘novos fariseus’ que surgiram no século XX, com o “objetivo de defender as doutrinas preservadas pelos grupos conservadores” (ARAÚJO, 2010: 41). No capítulo *Início da Radicalização Conservadora*, da obra *Inquisição sem Fogueiras...* do Reverendo Araújo, há um exame circunstanciado acerca do conceito. O Setor Igreja e Sociedade, formado por vários cristãos ecumênicos foi responsável pela realização de quatro conferências, todas buscando uma aproximação da Igreja com os problemas que afligiam o País naquele momento. Conclamavam os cristãos para a luta em favor da responsabilidade social da igreja, entretanto na IV Conferência, também denominada Conferência do Nordeste, a reação dos conservadores, sobretudo no meio presbiteriano, contra o grupo organizador e as temáticas abordadas foi acirrada. Ver FERREIRA, Muniz. *Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro*. In: DIAS, COELHO NETO & LEITE (Orgs.) *História, Cultura e Poder*, Feira de Santana, UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010, p. 85-86;

forçosamente, que seguir o caminho da industrialização” (Jornal Feira Hoje, 1972: 01) e transformar-se em uma das mais importantes entre as cidades da Bahia. No jornal *Feira Hoje*, o discurso de uma cidade moderna, industrializada era recorrente, no entanto, nesse mesmo periódico destacavam os grandes impasses que impediam a concretização do plano, a quantidade de mendigos que amontoavam-se pelas calçadas do centro da cidade, a resistência daqueles que ocupavam as residências nessa mesma localidade e dos feirantes que se negavam a ir para o centro de abastecimento recém criado.⁸

Durante a década de 1970 em muitas reportagens encontramos a campanha em prol da modernização da cidade e o grande interesse em erradicar, ou ao menos diminuir a mendicância. Às vésperas do centenário da cidade, uma matéria referia-se ao grande problema da “Princesa do Sertão”⁹ e apresentava “a situação [como das] mais penosas e graves”, já que os “atuais índices de mendicância da cidade, não [condizia] com a Feira centenária” (Jornal Feira Hoje, 1973: 01). A mendicância, grande preocupação das autoridades locais, também era ponto de pauta nas reuniões entre os presbiterianos ecumênicos, talvez a finalidade de tal interesse divergisse, mas não impediram uma aproximação. Nos segmentos políticos havia o intuito de apresentar uma cidade longe do atraso e cada vez mais com ares modernos. Já os setores evangélicos progressistas, viam no mendigo um trabalhador em potencial que devido a falta de oportunidade e dos problemas que assolavam a sociedade brasileira acabou por se perder, engrossando as fileiras da mendicância.

Os ecumênicos percebiam que podiam fazer algo capaz de transformar a realidade daquelas pessoas, era a oportunidade de pôr em prática o que era discutido no núcleo ecumênico criado por “Waldo Cesar, Richard Shaull e mais dois professores batistas, Lauro Bretones e Alberto Mazoni” (SILVA, 2010: 105) e o que foi apreendido durante os anos de Seminário em Campinas. Houve também grande influência das Conferências Nacionais organizadas pela Comissão Igreja e Sociedade. Nesses

⁸ Ver PACHECO, Larissa P. B. *Trabalho e Costume de Feirantes de alimentos: Pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960-1990)*. Feira de Santana, Dissertação de Mestrado, UEFS, 2009, Capítulo IV, páginas 161-169. No sub-item 4.1., a autora apresenta as formas de sociabilidade dos feirantes, como estes viam as transformações que estavam ocorrendo na cidade, as mudanças da feira para um local considerado, para os dirigentes locais, “adequado”, as formas de resistência e o crescimento da informalidade em uma sociedade que via “a ocupação do centro da cidade como algo ilegal”.

⁹ Alcinha dada por Ruy Barbosa da sua passagem pelo município.

momentos eram abordados temas referentes a *Responsabilidade Social da Igreja* e o papel do cristão na transformação social.

Não obstante a visão desses evangélicos estar nas atividades sociais e na mudança da realidade dos desassistidos, tais objetivos não impediram que seus interesses convergissem com os do poder público e juntos trabalhassem em torno de um mesmo alvo. A AFAS, presente na cidade desde o final dos anos de 1960, foi uma das primeiras tentativas de aproximação entre as autoridades políticas feirense e os grupos dominantes com os presbiterianos progressistas. A entidade desde a fundação pode contar com o apoio financeiro “do Governo Municipal e da Comunidade de um modo geral” e a partir do convênio firmado com a prefeitura “além de servir à população mendicante em nível de recuperação, a AFAS atendeu também a população retirante”. No Relatório anual de 1973, as perspectivas, segundo os envolvidos, “são animadoras, [sobretudo no quesito financeiro], pois da parte da Prefeitura há uma dotação orçamentária de Cr\$ 120.000,00 e a esperança de se contar com o apoio do novo prefeito [José Falcão da Silva – 1973/1976], dos associados e da comunidade em geral”. (Relatório Anual da AFAS, 1972: 2).

O trabalho desenvolvido com o migrante dentro da AFAS foi o pontapé inicial para um plano mais ambicioso, a criação de uma entidade que fosse capaz de atender os migrantes que chegavam a cidade com intuito de estabelecer-se ou mesmo de passagem para outra localidade. O SIM, apesar de buscar fugir do assistencialismo, não conseguiu de todo afastar-se de tal prática. Mas não é interesse desse pequeno esforço interpretativo provar ou não o caráter assistencialista das entidades, tanto da AFAS quanto do SIM. O que nos instiga é o modo como os presbiterianos ecumênicos puderam agir em Feira de Santana, estarem próximos dos governos municipais e estaduais e ainda criarem entidades que possuíam reconhecimento internacional em um contexto, como foi exposto anteriormente, com poucos ou quase nenhum espaço democrático. Outro fato interessante foi a aproximação de um grupo considerado progressista em suas atitudes e pensamentos contribuir para uma modernização de característica conservadora que não visava uma mudança nas estruturas socioeconômicas capaz de transformar a realidade da maioria da população carente.

Ainda não temos respostas para essas inquietações. Há apenas alguns esforços e possibilidades de entendimento, ainda bem distante do que pretendemos. Uma das

probabilidades referente a possível ‘mudança’ no discurso progressista e suas alianças com o poder local conservador diz respeito ao cenário político da época. Como eram poucos os espaços de atuação, era necessário ser pragmático em alguns ou em todos os momentos. Se os presbiterianos ecumênicos queriam desenvolver trabalhos sociais, deviam trabalhar a margem, cedendo em partes, associando com aqueles que podiam contribuir com a execução dos projetos.

Não encontramos apenas nos relatórios anuais das entidades, as aproximações desse grupo ecumênico com as autoridades governamentais, religiosas e militares. Na inauguração do SIM, católicos foram representados pelo Monsenhor Renato de Andrade Galvão, o primeiro da imagem no sentido anti-horário, que provavelmente está proferindo algum sermão, suposição feita devido ao respeito do militar que encontra-se com o seu quepe debaixo do braço. O terceiro no sentido horário, representando os ecumênicos o Reverendo Josué da Silva Mello, um dos idealizadores das entidades citadas até então e responsável por reunir os presentes na cerimônia. Há o comparecimento de outras personalidades nas muitas solenidades realizadas pelo SIM: prefeitos, governadores, sociólogos, dentre outras.



Inauguração do SIM (Arquivo do SIM, digitalizado por Charlene Brito)

O que pretendemos com a iconografia é explicitar as aproximações que supomos ter existido entre os sujeitos já mencionados em outros momentos deste texto. Ainda não sabemos que tipo de relação ou quais os interesses estavam realmente por trás dessas uniões, no entanto, temos conhecimento de que elas realmente existiram e que

desenvolveram trabalhos que possivelmente contribuíram com o processo de modernização da Princesa do Sertão. Um dos fatores que provavelmente fazia de Feira de Santana uma cidade em pleno processo ‘modernizante’ foi a criação do CIS, e os presbiterianos ecumênicos ao idealizarem o SIM, pensaram em uma forma de trabalhar com o mendigo e com o migrante de maneira que pudessem demonstrar toda a transformação que o trabalho seria capaz de fazer na vida das pessoas. Conforme um dos fundadores das entidades

falávamos da necessidade do homem ser cidadão, onde ele está envolvido com a mudança na sociedade, a importância do trabalho. Eles idealizassem crescer através do trabalho, eles iam vencer através do trabalho, eles sabiam que estavam preparando eles para o trabalho, era a através do trabalho que conseguiriam ascensão. (Entrevista com o Reverendo Josué Mello, 22/12/2007)¹⁰

Esse ideal de ascensão social e importância do trabalho pode ser percebido na fala do Reverendo Josué Mello, idealizador da AFAS e do SIM, também é recorrente na dissertação produzida pela Professora Tecla Mello, no qual há alguns textos usados na Escola SIM sobre o trabalho e sua importância.¹¹

Na tentativa de compreender esse processo de educação realizado nas entidades em Feira de Santana as discussões de Max Weber, em “A Ética Protestante e Espírito do Capitalismo” (1967), podem trazer algumas contribuições. A concepção de trabalho, nessa obra, encontra-se fortemente ligada a religião, mais precisamente, é visto como uma vocação e esta só seria alcançada a partir de um processo educacional. O trabalho devia ser visto como vocação, um serviço que se presta a Deus. De acordo com esse autor

o trabalho deve (...) ser executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma “vocação”. Tal atitude, todavia, não é absolutamente um produto da natureza. Ela não pode ser provocada por baixos salários ou apenas salários elevados, mas somente pode ser o produto de um longo e árduo processo de educação. (WEBER, 1967:)

¹⁰ O Professor Raimundo foi responsável pela capacitação dos migrantes dentro do SIM, no trabalho com solda, com a parte elétrica, entre outros. Além de ser oriundo de família humilde e ter conseguido melhorar de vida a partir do trabalho. Ele foi imprescindível nesse processo de treinamento.

¹¹ Ver MELLO, Tecla Dias de Oliveira. *Uma Experiência de Dez Anos da Escola SIM*. Dissertação de Mestrado, Salvador, 1986, página 23 e anexo nº 7. No anexo há um pequeno texto que apresenta o trabalho como mola do mundo, a importância, a valorização e a necessidade de disposição para tal atividade sempre necessária.

A idéia de centralidade do trabalho como vocação, também presente nos discursos dos envolvidos no projeto, adapta-se muito bem ao método utilizado nas entidades e às necessidades do CIS. Embora os progressistas, tenham desenvolvido uma nova forma de ser igreja, eles possivelmente, continuavam ligados ao discurso puritano e calvinista de conduta ascética, no qual os que se destacavam eram os eleitos por Deus e o meio para se adquirir tal benção era através do trabalho. Usamos o conceito de vocação não como instrumento de análise histórica e sim como ferramenta para entender aquele universo.

Naquele contexto de industrialização feirense, para as pessoas oriundas do campo, fugindo de problemas como a miséria, a fome, a seca, etc., o SIM possivelmente aparecia como uma alternativa de mudança e de transformação. Vale ressaltar que muito da mão-de-obra que compunha o CIS era oriunda do SIM, o que mostra mais um momento em que a contribuição desses ecumênicos esteve presente no projeto modernizante feirense dos anos de 1970.

Trabalho Social: A AFAS e o SIM

No contexto de modernização feirense, a AFAS, pioneira no trabalho social com a população, encontrava-se em pleno funcionamento, porém já não estava conseguindo abrigar a demanda que necessitava de atendimento. A imprensa local já clamava aos ‘quatro ventos’ uma solução para

o problema [que] torna-se, a cada dia, mais grave, desafiando uma providência por parte de quem é de direito. Da forma como estão caminhando as coisas a Feira será, dentro de muito breve, se já não o é, o paraíso dos mendigos, a cidade por eles preferida para agir, morar, estabelecer-se (Jornal Feira Hoje, 1973: 02)

Embora haja ao primeiro olhar, certo exagero na matéria, sobretudo quando prevê que a cidade será em breve o ‘paraíso dos mendigos’, ou mesmo ao apresentá-la de maneira descontextualizada,¹² imaginamos que o caos urbano estava instaurado em Feira de Santana. Todavia o que de fato estava ocorrendo era uma sobrecarga no

¹² O termo ‘descontextualizado’ refere-se ao fato da reportagem ter sido escolhida entre várias de uma série que vinha sendo publicada diariamente, como se fosse em continuidade, sobre os problemas que Feira de Santana vinha sofrendo no primeiro semestre de 1973 com a mendicância. A AFAS que vinha atuando para atenuar tal fato, também passava por sérios problemas orçamentários, principalmente pelo corte efetuado pela Prefeitura na verba “destinada à aquisição de passagens para os migrantes”. Ver Jornal Feira Hoje, *Afas em dificuldades*. Abril de 1973, nº 170, página 01;

trabalho da AFAS. Pensada para abrigar os mendigos, teve que receber em suas dependências muitos migrantes. Mesmo antes de possuir sede própria o “Serviço de Integração de Migrantes ocupou uma das salas da AFAS” (SILVA, 2010: 178) e provavelmente tenha tratado os retirantes nas dependências da associação, contribuindo de tal forma para a escassez das verbas, e conseqüentemente na diminuição no número de assistidos. Mas isso é apenas uma suposição, o que sabemos realmente é que os envolvidos no projeto perceberam que o verdadeiro problema da cidade não estava somente na mendicância. O que ocorria em Feira de Santana era o mesmo de toda a América Latina, a migração.

Feira de Santana, devido a sua

proximidade da capital do Estado, do Centro Industrial Aratu, a sua posição de entreposto e centro de irradiação Norte-Sul, Norte-Nordeste, sua vasta área comercial, com uma das mais famosas feiras do Nordeste, o surgimento do Centro Industrial local, são fatores que agem na atração e convergência de fortes correntes migratórias (SIM, Projeto de Triagem, 1973: 6)

Muitos dos que se estabeleciam ou apenas passavam por Feira de Santana eram oriundos do meio rural,¹³ onde as relações de trabalho eram marcadas pela informalidade, pela autonomia da gestão da produção e outras relações diversas. Os migrantes saíam, muitas vezes, com destino a Feira de Santana ou para os pólos industriais de Camaçari e Aratu, muitos eram atraídos “pelo anúncio da ‘duplicação’ do Pólo Petroquímico de Camaçari”. Entretanto, não conheciam as novas formas de trabalho, eram acostumados, apenas com as tarefas do campo.¹⁴

O crescimento industrial geralmente cria demanda por mão-de-obra qualificada adequada ao padrão fordista de produção. Esses trabalhadores não surgem naturalmente,

¹³ Esta origem rural dos migrantes aparece constantemente no Jornal Feira Hoje, no decorrer de 1974, 1975 e 1976, sobretudo nas reportagens referentes ao SIM. Em janeiro de 1976, consta, nos números 560 e 562, notícias, ambas na página 3, referentes a uma possível leva de migrantes oriundos de Irecê, fugindo da seca. No período, a entidade atendeu apenas 14 pessoas do município referido, no entanto, estes falavam da chegada de novos migrantes, em torno de 1000, provenientes do campo, o que não chega a ocorrer. O SIM apresenta uma nota afirmando que os migrantes previstos para chegar a Feira de Santana estavam sendo atendidos pelos órgãos governamentais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES) e Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia (DERBA), na própria cidade, o intuito era evitar o “êxodo desordenado”. Deixa explícito também, que tem estrutura para receber e capacitar o número antes apresentado. Esse tipo de informação também foi veiculada na Revista Panorama da Bahia na década seguinte, em setembro de 1987, ano 5, nº 89. Ver também, os relatórios de pesquisa, produzidos pelo SIM, acerca do fenômeno da migração.

¹⁴ Ver *Revista Panorama da Bahia*, 25 de setembro de 1987, Ano 5, nº 89.

precisam ser “criados”. E “incluir” os migrantes nesse cotidiano capitalista do trabalho subverte até mesmo a concepção de tempo. Em Feira de Santana, os migrantes que ali chegavam, nos anos de 1970, não possuíam a qualificação profissional exigida pelo trabalho industrial. Estes precisariam passar por um treinamento, que foi possibilitado pela ação da AFAS e do SIM. Boa parte dos retirantes foram capacitados nessas entidades, que por sua vez, foram idealizadas por religiosos, na verdade, presbiterianos. A ação desses presbiterianos ecumênicos na cidade tinha o intuito de transformar a realidade social de uma parcela significativa da população desassistida e ao mesmo tempo prepará-la para o trabalho na indústria.

E. P. Thompson, no seu texto “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, apresenta algumas vertentes do protestantismo como responsáveis pela transformação na mentalidade dos trabalhadores durante a Revolução Industrial Inglesa do século XVIII. De acordo com o autor, foram as denominações protestantes, influenciadas pelo “puritanismo, com seu casamento de conveniência com o capitalismo industrial, o agente que converteu as pessoas a novas avaliações do tempo (...) e que saturou as mentes das pessoas com a equação ‘tempo é dinheiro’” (THOMPSON, 1998: 302).

No trabalho educacional das instituições em Feira de Santana, sobretudo no SIM, partia da hipótese de que os migrantes, por serem do meio rural, precisavam de tratamento adequado antes de mergulharem no mundo do trabalho urbano. Desde a chegada, após a triagem, eram apresentados a nova realidade que teriam pela frente, para a qual precisariam de adaptação. Antes de começar a aprendizagem

eles [a equipe do SIM] ficavam uma semana discutindo essa relação [com os migrantes], de onde eles vinham e pra onde eles iam entrar. Preparavam essas pessoas primeiro, [...] quando chegava na minha área eu ia explicando como era a situação de trabalho dentro de uma empresa, era totalmente diferente do trabalho deles na zona rural (Entrevista com o Professor Raimundo dos Santos, 12/08/1998).

Os retirantes deveriam acostumar-se com um novo tipo de vida, adaptar-se a uma disciplina de trabalho moderna e sincronizada, onde não deveria existir desperdício de tempo. A rotina não precisaria ser vista como uma coisa ruim, mas como necessária. Coube ao SIM e aos presbiterianos ecumênicos essa tarefa de

apresentar aos mendigos e migrantes a nova realidade que se formava em Feira de Santana da criação do CIS e da penetração nesse novo ambiente de trabalho.

Conclusão ou algumas considerações iniciais

Como foi exposto ainda na introdução, não temos respostas para as várias indagações aqui propostas, o que apresentamos foram interpretações acerca da temática proposta e buscamos levantar algumas suposições. Sabemos que há muitas imprecisões acerca da atuação desse grupo presbiteriano ecumênico em Feira de Santana e muitos questionamentos a serem levantados, além das contradições expostas no decorrer desse texto, como as alianças de setores modernos com segmentos conservadores, ‘liberdade’ de ação quando a conjuntura era de perseguição e censura, progressistas que questionavam as estruturas socioeconômicas e ao mesmo tempo desenvolviam trabalhos de capacitação de migrante e encaminhavam-nos para a fábrica, grande representante do capitalismo industrial e ainda trabalhavam com a ideia de organização de operários na luta por salários dignos, contra a exploração patronal, etc.

São muitas as perguntas a serem feitas, como também as respostas devem ser várias. As contradições que suscitam questionamentos, a força que um grupo minoritário como o presbiteriano progressista possuía no contexto feirense, as atividades dentro da AFAS e do SIM, as disputas entre irmãos da própria Igreja presbiteriana local. Enfim, o que podemos apresentar até o momento, o que possuímos de concreto, são algumas considerações iniciais.

Fontes

1. ARAÚJO, João Dias de.. *Inquisição sem Fogueiras: a história sombria da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo, Fonte Editorial, 3ª Edição, 2010;
2. Entrevista com Celso Loula Dourado, 29/08/2009;
3. Entrevista com o Professor Raimundo dos Santos, 12/08/1998
4. Entrevista com o Reverendo Josué Mello, 22/12/2007;
5. Imagem da Inauguração do SIM, década de 1970;
6. Jornal Feira Hoje, *Feira, um pólo de desenvolvimento*. Maio de 1972, nº 92, página 01.

7. Jornal Feira Hoje, *Feira, um pólo de desenvolvimento*. Maio de 1973, nº 168, página 01.
8. Jornal Feira Hoje, *ETC & TAL: Mendigos*. Maio de 1973, nº 176, página 02;
9. Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) – Feira de Santana;
10. Relatório Anual da AFAS, Feira de Santana, 1972;
11. SIM, *Um projeto de triagem, atendimento, capacitação e integração de migrantes, e de análises e estudo sobre o fenômeno migratório brasileiro, notadamente nordestino*. Feira de Santana, dezembro de 1973;
12. SHAULL, Richard. *Surpreendido pela Graça: Memórias de um Teólogo – Estados Unidos, América Latina, Brasil*; Tradução de Waldo César. Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 226-227.

Referências

- CRUZ, Rossine. C. da. *A Inserção de Feira de Santana nos Processos de Integração Produtiva e de Desconcentração Econômica Nacional*. Campinas: Tese de Doutorado, UNICAMP, 1999.
- FERREIRA, Muniz. Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro. In: DIAS, COELHO NETO & LEITE (Orgs.). *História, Cultura e Poder*, Feira de Santana, UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010, p. 85-86;
- FREITAS, Nacelice. B.. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização - 1970-1996*. Salvador: Dissertação de Mestrado, UFBA, 1998.
- PACHECO, Larissa P. B. *Trabalho e Costume de Feirantes de alimentos: Pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960-1990)*. Feira de Santana, Dissertação de Mestrado, UEFS, 2009
- SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.
- VIANA, Luiz W.. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Revan, 1997.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967;